

OPERAÇÃO LAVA JATO

RICARDO MEDEIROS



Sede da Petrobras em Vitória foi inaugurada em 2012. Segundo a Lava Jato, dela saíram pelo menos R\$ 6,3 milhões em propina

ENTENDA O CASO**▼ O contrato**

A sede da Petrobras em Vitória foi construída por consórcio formado por Odebrecht, Camargo Corrêa e Hochtief. A estimativa inicial era custar R\$ 90 milhões. O primeiro contrato, assinado em 2007, foi de R\$ 486,1 milhões.

▼ Propina 1

Segundo a denúncia do MPF, Renato Duque e Pedro Barusco se omitiram diante do cartel das empreiteiras. Em troca, pela obra de Vitória, receberam R\$ 4,8 milhões em propina. Ambos estão presos e assinaram acordo de delação premiada.

▼ Propina 2

Celso Araripe era o responsável pelos aditivos. Segundo a denúncia, receberia R\$ 3 milhões para assinar aditivos de interesse do consórcio. Na gestão dele, houve um de R\$ 28 milhões e outro de R\$ 41 milhões.

▼ Família

O dinheiro chegou a Araripe por meio de uma empresa "sem estrutura" para funcionar, considerada de fachada. A firma transferiu dinheiro a ele, a esposa, a uma irmã e a uma sobrinha. Há comprovantes de R\$ 1,4 milhão recebidos.

GERENTE DA OBRA EM VITÓRIA ESTÁ PRESO

Polícia Federal teve permissão para arrombar casa

▄ **VINÍCIUS VALFRÉ**
vpereira@redgazeta.com.br

O engenheiro mecânico Celso Araripe D'Oliveira, que atuou como gerente de empreendimento da sede da Petrobras em Vitória, foi preso, ontem, pela Polícia Federal em seu apartamento no Flamengo, Rio de Janeiro.

A prisão preventiva foi decretada pelo juiz federal Sérgio Moro. Ele baseou-se em documentos que comprovam, segundo o Ministério Público Federal (MPF), que Araripe recebeu R\$ 1,4 milhão em propina tanto na

conta bancária pessoal quanto na de familiares. A investigação apontou que Araripe receberia, ao todo, R\$ 3 milhões para providenciar aditivos ao consórcio liderado pela Odebrecht.

"Não tendo havido ainda a identificação completa de seu destino final, persiste o risco de que os ganhos sejam lavados ou dissipados", frisou Moro.

Ontem pela manhã, o gerente não atendeu aos telefonemas dos policiais federais e Moro chegou a autorizar o arrombamento do apartamento.

PREVENÇÃO

"Não tendo havido a identificação completa do destino final (da propina), persiste o risco de que os ganhos sejam lavados ou dissipados"

SÉRGIO MORO JUIZ

Quarenta e quatro dias antes do decreto, o juiz havia negado a prisão de Araripe por entender, na ocasião, ausência de provas robustas.

"Nem mesmo a notoriedade da Lava Jato parece ter sido suficiente para frear o impulso criminoso. Essa constatação pode ser ilustrada pela existência de prova documental da realização de repasses de propina a Celso Araripe, direta ou indiretamente para os familiares deste, durante 2014", destaca a decisão de Moro, assinada em 29 de julho.

A propina, segundo a investigação, foi paga a Araripe por meio da consultoria SulBrasil/Freitas&Filho, do Rio Grande do Sul. O consórcio teria simulado a con-

tratamento da empresa apenas para repassar a propina.

O dono da empresa, Eduardo Freitas Filho, é aposentado da Petrobras. Também réu, ele responde em liberdade.

De acordo com a denúncia, a Odebrecht prometeu ao ex-diretor da Petrobras Renato Duque e ao ex-gerente da estatal Pedro Barusco, entre 2006 e 2010, o correspondente a 1% do valor do contrato original da construção da sede na Reta da Penha, de R\$ 4,8 milhões. Ao todo, pelo menos R\$ 6,3 milhões foram pagos.

Defesa vê tentativa de intimidação

▄ Para o advogado de Celso Araripe, Antônio Carlos Fonseca, a prisão é uma tentativa de intimidar o ex-gerente da estatal. "Existe longo procedimento para que os aditivos sejam aprovados. A interferência do Celso não era relevante ou decisiva", afirmou.

Fonseca afirmou ainda que os valores apurados como propina foram espontaneamente apresentados pelo réu na declaração de Imposto de Renda.

Já o advogado de Eduardo Freitas, Carlos Thompson Flores, afirmou que a defesa do dono da consultoria acusada de repassar propina vai se manifestar no devido tempo. "Vamos juntar documentos que comprovam que todos valores repassados estão na mais estrita legalidade", disse.

Gerente foi demitido da estatal

▄ Funcionário da Petrobras há 28 anos, o engenheiro mecânico Celso Araripe D'Oliveira foi demitido da estatal por justa causa. A informação foi confirmada ontem pela estatal. O ex-gerente foi transferido ontem do Rio de Janeiro para Curitiba, onde permanecerá na carceragem da Polícia Federal.

Durante quase três décadas na empresa, atuou em importantes empreendimentos no Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Espírito Santo.

Aqui, atuou na implementação de gasodutos para Cabiúnas. No mesmo ano, chegou para atuar no edifício sede da Petrobras.

Na obra da Reta da Penha, Araripe era o segundo na hierarquia. Reportava-se, apenas, ao diretor-geral, Maurício de Oliveira Guedes, sediado no Rio.

No decreto de prisão, Sérgio Moro mencionou dois aditivos assinados por ele. Um de R\$ 28,9 milhões, outro de R\$ 41 milhões.

**"Quebra de confiança" fez Araripe perder posto**

"Pagamento teria ocorrido pela intervenção favorável dele às empresas para a celebração de aditivos que aumentaram o custo das obras", disse o juiz.

Em 19 de junho, Araripe foi rebaixado do cargo por "quebra de confiança" e transferido para Itaboraí, no Rio. Os advogados negam que a função tenha sido oferecida por partidos políticos.

REPRODUÇÃO

OPERAÇÃO LAVA JATO



GILDO LOYOLA / ARQUIVO

LAVA JATO JÁ DEIXA RASTRO POR AQUI

Complexo portuário e gasoduto já foram citados por delatores

« O juiz federal Sérgio Moro usou o pagamento de propinas na obra do gasoduto de Cacimbas I e II, em Linhares, para dar corpo ao decreto de prisão do ex-ministro José Dirceu.

A delação de Milton Pascowitch foi crucial para a prisão do ex-ministro. Em seu acordo de delação premiada, o lobista contou que Dirceu era beneficiário de negociatas realizadas pelo então diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque,

que teria ocupado a função por influência sua.

“O contrato de Cacimbas 2 precisou ter um sobrevalor de remuneração para que houvesse a disponibilidade de recursos que deveriam ser repassados a Dirceu”, contou Pascowitch.

O delator contou ainda que intermediou propinas a Dirceu de empresas como a Hope Recursos Humanos e a Personal.

Na decisão, Sérgio Moro destacou que havia reparti-

MENSALIDADE

500 mil

reais

Seriam repassados, da obra de Cacimbas, no Norte do Estado, e divididos entre Dirceu e seus aliados no esquema.



SBM confessou ter pago propina durante o projeto da plataforma P-57

GILDO LOYOLA

DIVULGAÇÃO



Obras de Cacimbas (Linhares) e de Barra do Riacho (Aracruz): citadas na Lava Jato

ção mensal de propina entre Dirceu, diretor e lobista. “Cerca de R\$ 500 mil mensais eram entregues a Milton Pascowitch. Dos valores, cerca de R\$ 180 mil ficariam com Fernando Moura (empresário associado a Dirceu) e o restante seria dividido entre Renato Duque (40%), Dirceu (30%) e Pascowitch (30%)”, frisou Moro.

O interesse da Engevix, empresa que tocou o projeto de Cacimbas, em Dirceu seria para obter facilitação

de contratos da firma no exterior. Entre 2009 e 2011, a empresa repassou R\$ 900,9 mil à consultoria do ex-ministro

“Renato Duque teria sido nomeado por influência de José Dirceu e de associados deste. Na divisão dos valores, de propina dirigidos à Diretora de Serviços, parte caberia a José Dirceu e ao seu grupo”, ressalta Moro.

Além de Cacimbas e da sede da Petrobras na Reta da Penha, em Vitória, a Lava

Jato também respingou em outras obras e plataformas da estatal no Estado. Pelo menos R\$ 170 milhões em propinas em contratos estariam na mira da operação.

No Terminal Aquaviário de Aracruz, a Mendes Junior revelou pagamento de R\$ 5 milhões em propina, cerca de 2,2% do contrato.

A SMB confessou propinas sobre contratos das plataformas P-57, a Cidade de Anchieta e a FPSO Capixaba. Ao todo, US\$ 102 milhões.